

SUBSTITUTIVO

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 1.311/2011

A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,

APROVA:

Dispõe sobre a utilização do passeio público por estabelecimentos comerciais para os fins que especifica.

- **Art. 1.º** Fica permitida a utilização do passeio público para colocação de mesas e cadeiras por bares, restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, respeitadas as disposições desta Lei.
- § 1.º A colocação de mesas e cadeiras conforme disposto no caput deste artigo ocorrerá somente nos passeios públicos com largura mínima de 3,00m (três metros) em toda a testada do imóvel, podendo ser utilizado até 1/3 (um terço) da área do passeio.
- § 2.º O horário para colocação de mesas e cadeiras no passeio público será de domingo a quinta-feira, entre 07h00min e 01h00min.
- § 3.º O horário para colocação de mesas e cadeiras no passeio público às sextas-feiras, sábados e véspera de feriados será entre 07h00min e 03h00min.
- § 4.º A permissão para a colocação de mesas e cadeiras dependerá da instalação de lixeiras, pelos estabelecimentos interessados, nas áreas do passeio público correspondentes às respectivas testadas.
- § 5.º Os estabelecimentos definidos no artigo 1o deverão manter em seu interior, em local visível, placas de 40 cm x 30 cm, informando aos usuários sobre o percentual da área do passeio público destinado à colocação de mesas e cadeiras, bem como o telefone do disque denúncia 156 (Ouvidoria) e a página do Município na *internet*, conforme modelo contido no Anexo desta Lei.

P

- OOUR LEGISLATIVO DE MARINA POR LEGISLATIVO D
 - § 6.º A inobservância desta Lei acarretará em pena de multa, conforme legislação pertinente, e em caso de reincidência, revogação da permissão por 1 (um) ano.
 - § 7.º A utilização do espaço público sem permissão resultará em cassação do alvará.
 - Art. 2.º No passeio utilizado deverá ser deixado um vão livre, em linha reta, contíguo ao alinhamento predial, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros), em toda a testada do imóvel, para o trânsito de pedestres, e a 70cm (setenta centímetros) a partir do meio-fio.

Parágrafo único. Para visualização e fiscalização, a área de utilização aprovada pelo Poder Executivo deverá ser demarcada em suas laterais com uma faixa de segurança de 10cm (dez centímetros) de largura, pintada em tinta amarela.

- Art. 3.º Ressalvadas as disposições desta Lei, é vedada a utilização do passeio público por estabelecimentos comerciais para a exposição e divulgação de produtos.
- Art. 4.º Os estabelecimentos que comercializarem carnes assadas poderão utilizar o passeio público somente aos sábados, domingos e feriados, até o limite disposto no § 1.º do artigo 1.º desta Lei, a partir do alinhamento do meio-fio (faixa de serviços), para a disposição de churrasqueiras e venda de assados.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo a comercialização de assados do tipo "espetinhos", para consumo no local, que poderá ser realizada de domingo a quinta-feira, entre 07h00min e 01h00min, e às sextas-feiras, sábados e véspera de feriados, entre 07h00min e 03h00min.

Art. 5.º Para usufruir do benefício previsto nesta Lei, o interessado deverá obter, anualmente, autorização prévia da Municipalidade, mediante apresentação de requerimento e demonstrativo quanto à finalidade e forma de utilização do passeio.

Parágrafo único. A permissão da Municipalidade levará em conta os cuidados com a poluição ambiental, obstrução da visibilidade dos imóveis laterais e da sinalização de trânsito, sobretudo nas esquinas.

- Art. 6.º O chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação.
- Art. 7.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

M



ANEXO

SENHORES USUÁRIOS,

CONFORME DETERMINA A LEI COMPLEMENTAR N.

XXXX, O PASSEIO PÚBLICO PODERÁ SOFRER UMA
OCUPAÇÃO DE ATÉ 1/3 (UM TERÇO) DE SUA ÁREA
COM A COLOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS. EM
CASO DE ABUSO, LIGUE 156 (OUVIDORIA) OU
ACESSE WWW.MARINGA.PR.GOV.BR.

Divisão de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Maringá

As I

OUR LEGISLATIVO DE MARANA DE CONTRA LEGISLATIVO LEGI

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Complementares n. 429/2002, 453/2003, 684/2007, 765/2009 e 801/2010.

Plenário Vereador Ulisses Bruder, 16 de maio de 2011.

APARECIDO DOMINGOS REGINI

Vereador/Autor

BELINO BRAVIN FILHO Vereador-Autor

DR. HEINE MACIEIRA

Vereador-Autor

DR. MANOEL ÁLVARES SOBRINHO

Vereador-Autor

DR. PAULO SONI

Vereador-Autor

DR. SABÓIA Vereador-Autor

Vereador-Autor

HUMBERTO HENRIQUE Vereador-Autor

JOÃO ALVES CORRÊA Vereador-Autor

LUIZ DO POSTINHO Vereador-Autor

MÁRCIA SOCREPPA Vereadora-Autora

MÁRIO VERRI Vereador-Autor

MARLY MARTIN SILVA Vereadora-Autora WELLINGTON ANDRADE Vereador-Autor